previamente apresentados ao grupo;

- valorização da leitura como fonte de prazer e entretenimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, observa-se que não podemos abrir mão do aprendizado de língua inglesa na educação do ensino formal, pois é um dos aspectos é que o conhecimento chega aos alunos. Com a literatura inglesa, desenvolvemos a imaginação, a criatividade e o cognitivo.

Com as fronteiras linguísticas sumindo devido à facilidade de se conectar a outras culturas, o domínio da língua inglesa é fundamental para se comunicar com o mundo e suas possibilidades.

Nesse sentido, o contato com o inglês na educação pode fazer toda a diferença para expandir o universo do aluno desde cedo, além de proporcionar um upgrade significativo no currículo, facilitando sua formação em programas educacionais no exterior, além do relacionamento com pessoas de todo o mundo.

Não podemos esgotar um assunto tão vasto e rico como a leitura na educação, mas levantar reflexões e apontar alguns caminhos para este resgate como tema principal nas escolas, que ficou em segundo plano, momento de distração no cotidiano de milhares de alunos.

Nós, educadores, devemos repensar nossas práticas e promover, no cotidiano escolar a discussão sobre a pluralidade cultural do povo brasileiro, por meio das atividades de leitura, com objetivo de ampliar a formação do profissional da educação, no que se refere á indicação e leitura de livros adequados para cada uma das diferentes faixas etárias.

Acreditamos que podemos realmente levar muitos alunos a ampliar e educar seus olhares para o inglês e para a arte (literatura), a se transformar em leitores plurais, em cidadãos mais preparados para a vida em sociedade que acima de tudo, esteja de mente aberta e disponível para aprender com as possibilidades de leitura de mundo e de vida que umo aluno pode ensinar, construindo esse conhecimento por meio da leitura de bons livros e com professores bem preparados para atividades diárias no espaço escolar. A escola deve ser o local do saber e do bem, a construção da cidadania crítica e ativa demanda conhecimento, reflexão, analise, discussão, prática de intervenção na realidade.

O professor deve ter uma boa dose de ousadia, devemos construir o conhecimento escolar a partir da realidade, estabelecendo relações entre textos e contextos, exercitar a escrita e o diálogo, provocar reflexões e questionamentos, motivar a criatividade dos educandos, tendo consciência de que compreender o mundo exige compreender o lugar e a sociedade que se vive.

A educação em parceria com línguas estrangeiras, abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, assim sendo resultado da prática do ensino de Letras.

REFERÊNCIAS

COELHO, Fábio André; PALOMANES, Roza. Ensino de produção textual. SP, Contexto 2016.

GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula. SP, Ática: 2006.

MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida Lino: Elias, Vanda Maria. Linguística Textual e ensino. SP, Contexto: 2017.

IMPORTÂNCIA DA TEMÁTICA INDÍGENA PARA A LICENCIATURA EM HISTÓRIA

CAMILA MARIA RODRIGUES DE LIMA

RESUMO

Neste artigo, com base em pesquisa bibliográfica e consulta a alguns dispositivos legais, procuramos apresentar a importância da educação para o relacionamento estudos étnico-raciais, especialmente estudos históricos e culturais aborígenes, por licenciatura em História da Formação de Professores da determinação em direito, educação e cultura, pesquisa que buscamos descrever o assunto contribui para uma melhor formação de professores qualificados para enfrentar preconceitos e estereótipos no ensino de história no ensino fundamental. Em seguida, propomos algumas contribuições educacionais para expandir como estratégia de aprimoramento nos cursos de licenciatura em história formação prática em aprendizagem e ensino sobre temas etno-étnicos. Este presente trabalho tem como objetivo discutir a importante e indagação do cuidado ao olhar no ambiente escolar quanto a questão do racismo, uma vez que a escola deve ser o local de entrelaçar as diferenças e enaltecer as diversidades culturais, não somente na escola, mas na sociedade como um todo. Existe uma grande ideia que na Educação não há discriminação, no entanto, há conflitos sim entre crianças por conta de opiniões e situações em pertencimentos raciais.

Palavras-chave: Licenciatura em His-

tória; Educação das relações étnico-raciais; História e cultura indígenas.

ABSTRACT

In this article, based on a bibliographic research and consultation of some legal provisions, we seek to present the importance of education for the relationship between ethnic-racial studies, especially aboriginal historical and cultural studies, for a degree in History of Teacher Training of determination in law, education and culture, research that we seek to describe the subject contributes to a better formation of qualified teachers to face prejudices and stereotypes in the teaching of history in elementary school. Then, we propose some educational contributions to or expand as an improvement strategy in the degree courses in history practical training in learning and teaching on ethno-ethnic themes. In this article, based on a bibliographic research and consultation of some legal provisions, we seek to present the importance of education for the relationship between ethnic-racial studies, especially aboriginal historical and cultural studies, for a degree in History of Teacher Training of determination in law, education and culture, research that we seek to describe the subject contributes to a better formation of qualified teachers to face prejudices and stereotypes in the teaching of history in elementary school. Then, we propose some educational contributions to or expand as an improvement strategy in the degree courses in history practical training in learning and teaching on ethno-ethnic themes. This present work aims to discuss the important question of care when looking at the school environment regarding the issue of racism, since the school must be the place to intertwine differences and praise cultural diversities, not only at school, but in the society as a whole. There is a great idea that in Education there is no discrimination, however, there are conflicts between children because of opinions and situations in racial belonging.

Keywords: Degree in History; Education of ethnic-racial relations; Indigenous history and culture.

INTRODUÇÃO

Professora de história do ensino fundamental estabelecida no Brasil, ocorre em universidades ou faculdades integradas ou isoladas mecanismo o Instituto de Ensino Superior (IES) procura oferecer um programa de licenciatura em história concebido para integrar uma estrutura programática específica para buscar formação de professores para atender as necessidades das atividades de ensino em história, especialmente no ensino fundamental.

Nesse sentido, compreender a prática apresenta diferentes desafios professores, formação do bacharelado em História, enfrentando entre outras exigências as demandas de debate e metodologia teórica em torno do assunto educação das Relações Étnico-Raciais e seu Impacto Formativo na Nação, o ensino de história nos espaços escolares. Como parte dessa discussão, destacar as dimensões do estudo de diferentes aspectos sociais, históricos e culturais na população indígena brasileira residente/residente em território nacional, diante da necessidade urgente de reconhecer a formação das nações históricas meu país é um país multiétnico com culturas complexas e diversas.

Através da análise de alguns dispositivos legais e do estudo de bibliografia relevante, tentaremos apontar algumas razões que podem ser comprovadas e explicadas a seguir.

Uma clara necessidade de inserir pesquisas sobre a história e a cultura do povo índios brasileiros formados em História. Analisar textos legais selecionados relevantes para a defesa dos direitos dos povos indígenas para construir este texto incluindo dispositivos constitucionais e legislação complementar sobre educação no Brasil insere parte deste trabalho no campo da pesquisa bibliográfica, pois o uso do documento permite tal situação.

Dessa forma, com base nos determinantes legais previstos na legislação sociedade brasileira, então, em referência ao assunto estudado, tentaremos demonstrar a importância deste assunto na formação de professores. Confrontando e Compreendendo a História da Diversidade Racial e Cultural sociedade brasileira.

Nesse sentido, nosso objetivo é fornecer mais densa e complexa na busca de superar preconceitos, estereótipos e tendencioso para os indígenas, também quero ver transformando caminhos da realidade formativa de professores de história para escolarização relacionada a temas indígenas, na seção final deste artigo fazemos algumas recomendações que instituições de ensino superior e programas de licenciatura nesta área podem implementar práticas que contribuam para essa transformação em seu currículo e prática.

AS DETERMINAÇÕES LEGAIS PARA O ESTUDO DAS QUESTÕES ÉTNICORACIAIS NO BRASIL

Na Constituição Federal brasileira, quando estipulado no art, a necessidade de estudar a diversidade étnica e cultural da sociedade brasileira por meio do conhecimento da história brasileira. 242, parágrafo 1º, "O ensino da história brasileira levará em conta as contribuições de diferentes países a cultura e a tecnicidade do povo brasileiro" (Brasil, 2015, p. 70).

No texto constitucional (artigo 215),

a diversidade cultural da sociedade brasileira deve ser garantido pelo Estado, que será responsável por "proteger, valorizar e difundir todas as expressões culturais que contribuem para o processo de civilização nacional" (Brasil, 2015, pp. 64-65).

De forma mais efetiva, para impactar a educação no Brasil, a fim de implementar os dispositivos constitucionais supracitados, medidas têm sido tomadas, como alterar o texto das Leis de 2003 e 2008, alterar os artigos e parágrafos desta legislação e buscar incorporar e valorizar temas multietnicidade e cultura na educação escolar. Essas mudanças ocorrem em meio a questões levantadas por movimentos sociais negros e indígenas que, desde o início dos anos 1980, lutam contra o racismo, a marginalização e as práticas de exclusão racial e social.

Essas leis e regulamentos promulgados pelo estado brasileiro nos últimos anos, fortalecer as condições de ensino, materiais e institucionais para no processo de formação de professores de história oferecidos pelas licenciaturas da área, é implantada a temática das relações étnico-raciais e, assim, a história indígena e as questões culturais. Desta vez, para esses dispositivos legais, a formação de professores de história pode estar mais de acordo com as exigências específicas da educação escolar, de acordo com a realidade cultural e as condições nacionais.

Diversidade social brasileira. A exposição de Fonseca (2009) é a seguinte, explique que esses instrumentos legais estão tentando ser introduzidos nas escolas, especialmente em ensino de história, reconhecimento do percurso histórico e cultural.

Brasileiros Negros, Africanos e Indígenas:

Nesse movimento, em 2003 foi aprovado pelo Presidente da República Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade, Incorporar o tema "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo da rede escolar -Brasileira' e outras medidas. Em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação História étnica e afro-brasileira e africana e ensino cultural [...] As propostas levaram a mudanças na lei federal. n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Portaria Nacional de Educação e Lei de Bases - acrescentou dois artigos referentes ao ensino de história, conforme mencionado acima. O artigo 26-A trata do ensino obrigatório de história e cultura africana e afro-brasileira e define "o que ensinar", "programa", "Resgate" estuda a importância das lutas africanas e afro-brasileiras, [...] A Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, introduziu novas emendas à LDB e alterou a Lei Federal nº 10.639 para determinar a obrigatoriedade da inclusão de História e Estudos Culturais da África - Ensino Fundamental e Médio Público e Privado [.. .] brasileiros e indígenas (FONSECA, 2009, pp. 31-35)

A incorporação desses dispositivos legais que orientam e orientam a política e a prática educacional brasileira representa um avanço significativo como política a nação afirma a diversidade racial e cultural que existe em nosso país. Com essa legislação, o Estado brasileiro reconhece a importância de combater o preconceito e todas as formas de discriminação fatores raciais ajudam a reduzir a desigualdade e formas de exploração social que garantem o direito à educação por meio de leis, equidade e Diversidade Racial (OLIVEIRA; MACHADO, 2013).

Como resultado, "muitos profissionais do ensino carecem de conhecimento da legislação e pouca discussão sobre Relações Raciais no Ambiente Escolar" (OLIVEIRA; MACHADO, 2013, P. 204) tem sido um dos maiores desafios para a implementação essas ações afirmativas estão previstas na legislação. No entanto, sua implementação pode grandes benefícios para a sociedade brasileira porque:

Do ponto de vista pedagógico, a sua implementação pode proporcionar uma expressões positivas e afirmativas de negros e indígenas são a riqueza da nossa diversidade Cultura e Humanidades e Reinterpretação das Culturas

Africanas e Afro-brasileiras e Povos Indígenas nas Escolas Brasileiras,

Podem Influenciar e Contribuir para a Subjetividade Jovens brasileiros, beneficiando todas as etnias (OLIVEIRA; MACHADO, 2013, pág. 205).

CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA E DA CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS PARA A FORMAÇÃO EM LICENCIATURA EM HISTÓRIA: ENCAMINHAMENTOS PARA AS MUDANÇAS

Achamos oportuno sugerir algumas ações e estratégias para a formação de professores na licenciatura em História, estimular e desenvolver o conhecimento e o debate sobre a prática docente do ensino das relações étnico-raciais, especialmente História e Cultura Aborígene no Ensino Fundamental. Em primeiro lugar, destacamos que, em muitos casos, os professores experientes de hoje não fornecem uma preparação adequada para lidar com novo currículo e componentes de método, como tópicos corrida.

Os futuros professores [...] devem estar preparados para compreender mudanças em diferentes campos, e aceitar e aberto a múltiplas perspectivas e capaz de ajustar as ações conforme necessário número de alunos por período e contexto (IMBERNÓN, 2010, p. 64).

Na história escolar, o tema "Educação das Relações Raciais" é os desenvolvimentos

recentes são o resultado da expansão dos direitos civis e sociais para os afrodescendentes e indígenas brasileiros, o que, por sua vez, reflete a mobilização e as demandas desses grupos sociais por maior participação e reconhecimento político sua história, identidade e nuances culturais ao longo das décadas. Portanto, como observa Imbernón, há uma necessidade crescente de formar professores e, além disso, nesse caso, o professor de história é confrontado com a nova envolve e penetra demandas realistas e questões sociais e culturais ensinar nas escolas e tópicos emergentes do currículo, como é o problema indígena do nosso tempo.

Esse tipo de formação que fornece conhecimentos básicos deve permitir o trabalho na formação futura, o que torna necessário repensar o conteúdo da formação e a forma de divulgá-los, pois [...] O modelo aplicado pelo formador de professores também está disponível como uma "lição oculta" de metodologia (IMBERNÓN, 2010, p. 65).

História Aborígene e Tópicos Culturais no Ensino de História Escolar fazem parte das mudanças curriculares e pedagógicas impostas por essa "educação" futuro", como nos adverte Imbernón (2010) Desta forma, o Diploma em História é um atuações profissionais com este tema para refletir as demandas dos recém-chegados cursos de especialização para futuros professores de história. Acreditamos que a discussão e inclusão de temas étnico-raciais, especialmente as questões indígenas na formação de professores de história contribuirão para isso.

Ensinar aos profissionais o que pensam sobre ideologia e estereótipos mídia e diferentes materiais didáticos disponíveis, assim poderão colaborar "Desmistificando o valor especial dos currículos escolares e do discurso tentando ser geral ou hegemônico", especialmente no assunto Raça (DUPRET; VIEIRA, 2013, p. 51).

No entanto, apontar que as contribuições para a formação do professor de história não são tarefa simples. Com base em pesquisas e experiências de alguns professores/pesquisadores na chamada nova história aborígene e sua relação com a formação do professor de história e a prática docente no ensino fundamental (SILVA, 2009; SILVA, 2015; Oliveira; Liberdade, 2006; Poderoso, 2015; Dentro do Barco; Pomba, 2011; Silva; GRUPIONI, 1995 et al), e de diretrizes e ações para a educação sobre as relações étnico-raciais (Brasil, 2010), sugerimos algumas possibilidades de contribuição, que descrevemos a seguir.

Em primeiro lugar, ressaltamos que as instituições de ensino superior devem enfrentar os desafios da aplicação da legislação vigente no país à educação sobre as relações étnico-raciais. Nesse sentido, o ensino superior é obrigado a buscar combater todas as formas de racismo, preconceito e discriminação e, portanto, devem buscar estabelecer estratégias educativas voltadas à pedagogia antirracista (sic) e à defesa diversidade um motor da igualdade racial como uma missão para todos educadores, independentemente de sua raça ou afiliação étnica. Para alcançar a educação antirracista, é preciso levar em conta a prática profissional depende da ação individual e coletiva, dos movimentos organizados e da Políticas Públicas e Ação IES (BRASIL, 2010, pp. 123-124).

Assim, os cursos de Licenciatura em História podem procurar reformular a sua estrutura programática, tanto em termos de atividades académicas específicas (disciplinas, módulos, estágios supervisionados, etc.) Especificamente (seminários, simpósios, sessões de ensino, visitas técnicas, etc.), busca aprofundar o tratamento de temas étnico-raciais, especialmente questões indígenas na formação inicial de professores de história.

Portanto, as instituições de ensino superior podem buscar capacitar seus professores para um diploma de história assim como outros diplomas, como um processo de treinamento universitário distinto para o conhecimento das relações raciais, estimular a leitura, a pesquisa e a produção sobre o tema, ampliando conhecimentos específicos e educativos que contribuam para a prática docente.

Afirmação e igualdade social. Orientação pedagógica e formação contínua no local de trabalho através de seminários, workshops, workshops de ensino, entre outras possibilidades para professores de licenciatura em história deve ser considerado como parte integrante da qualificação docente continuada para o exercício estudar temas étnico-raciais no ensino superior, especialmente história e cultura indígena na formação de professores de história.

Ainda como ação pedagógica adequada, recomendamos a incorporação do currículo estude a história e a cultura dos povos indígenas no programa de licenciamento na história, conteúdo, procedimentos, métodos e técnicas, em científica e educacional, é uma espécie de realidade institucional, com o aprofundamento da conhecimento e prática específica e o valor do assunto. No entanto, essa inclusão, embora tenha ocorrido em muitos graus na história do ensino superior é considerado um risco de "edema extracurricular" pelo nosso país, e mesmo "Outra matéria" para os alunos estudarem superar essa lógica, nossas propostas incluem a inclusão de temas indígenas apresentados de diferentes maneiras temporalidade histórica, em várias disciplinas como a história americana, história colonial e imperial brasileira, história regional, história da arte e história cultural, etc.

Capacidade e capacidade de produzir materiais didáticos para a experiência suas atividades disciplinares nem sempre aparecem na licenciatura história. Embora com-

plexa em muitos casos - por questões orçamentárias e/ou técnicas - a produção desses materiais específicos tem sido estimulada Tópicos Educacionais em Relações Étnico-Raciais e Questões Indígenas, em particular, pode ser uma prática saudável nas instituições de ensino superior. Embora ainda pouco expressivo no mercado, identificar, distribuir e estimular a produção de recursos instrucionais específicos também possibilita o acesso a esses materiais para todos.

Os alunos, se possível, sob a orientação e supervisão pedagógica de professores, na comunidade do entorno da instituição, podem contribuir para a melhoria pesquise diferentes questões raciais.

Formação Continuada e Qualificações de Professores em Temas Étnicos e Étnicos, ás vezes eles estão fora da lES onde o corpo docente da pós-graduação está história. Desta forma, "motiva e apoia os professores competentes aprofundar o estudo das pessoas por meio de programas de pós-graduação Povos Indígenas" (SILVA, 2009,) constitui uma estratégia bem-sucedida para fomentar o aprofundamento de práticas pedagógicas inovadoras e abordagens teóricas para superar a ignorância e estereótipos dos povos indígenas na formação de educadores de história.

Como estratégia metodológica para ampliar as possibilidades de formação futura de professores, o curso de Licenciatura em História poderia facilitar o intercâmbio entre indígenas e graduandos por meio de visitas técnicas guiadas (os chamados cursos de campo) a comunidades indígenas, extensão e pesquisa etnográfica e a chegada dos índios a instituições de ensino superior para palestras, conferências, aulas especiais, sessões de ensino, diálogos, celebrações e simpósios sobre arte e cultura. Por fim, recomendamos enfatizar em todos os tópicos e atividades do curso uma licenciatura em história que reafirma e enfatiza direitos e garantias constitucionais a partir de discussões sobre diversidade cultural, racial, espacial e social os povos indígenas como estratégia formativa para a defesa do Estado brasileiro diversidade multiétnica e social.

Gestão Institucional, Coordenação de Curso e os próprios professores podem incrementar e estimular projetos de pesquisa coletiva atividades de esclarecimento e promoção científica pessoal comunidades indígenas, atividades científicas e culturais sobre temas étnico-raciais e currículos e práticas pedagógicas visando a formação de professores de história mais complexo e abrangente sobre o assunto de negação ou silêncio anteriormente.

Além de outros programas de graduação (literatura e literatura, ciências sociais, antropologia, Pedagogia, Arte, etc.), um diploma de história pode ser investido em um centro de discussão pedagógica sobre o tema raça-etnia na educação mais alto. Essa prática, como o nome sugere, é multidisciplinar e facilita projetos e ação interdisciplinar, diálogos epistemológicos e metodologicamente diversos de saberes nos cursos de graduação. A partir dessas discussões, os futuros professores vêm da licenciatura em história e, portanto, de outros cursos projetos, ideias e programas que podem ajudar na formação de professores podem surgir devido ao excelente desempenho na educação básica que enfatiza a educação do relacionamento Questões Históricas e Culturais Etno-Raciais e Indígenas.

A HISTÓRIA DO BRASIL CONTRA O RACISMO

No Brasil o adiamento da libertação dos africanos traz consigo a triste marca de ter sido a última nação a abolir a escravidão. Afinal, desde que chegaram os portugueses no Brasil e tornou a subordinação de negros e índios, o que não dava direito a vivenciarem sua própria cultura. Mas até hoje podemos ver que precisamos lutar para uma democracia. Trazemos o histórico muito polêmico e complexo. De acordo com as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006), a partir do século XVI, desembarcaram no Brasil os negros, dos quais foram distribuídos em regiões, em sua grande maioria, Sudeste e Nordeste. Mesmo até 1988, ano do qual foi abolido formalmente a escravidão, por meio da Lei Áurea, tempo do qual o racismo era, descaradamente, feito por regime escravocrata. Apesar de o tempo ter passado, trazer para os dias atuais, nos traz a dinâmica ainda muito forte de discriminação, da qual perdura há séculos.

Aponta Silva (2011), o racismo é caracterizado com a discriminação de uma pessoa, do qual é baseado nas características fenotípicas, quando se justifica se superior a outra raça. Não há fundamentos científicos que justifiquem o racismo. No Brasil, essa discriminação se sustentava na ideia do menor desenvolvimento do país era caracterizado da miscigenação. Sendo assim, quanto mais seguro a cor da pele, mais sofre o racismo, sendo uma pessoa parda, que não possui traços mais marcados, sofrerá preconceito menor.

Desde a Constituição de 1988, o Brasil traz uma preocupação de trabalho com o tema racial na educação escolar. Saliente de perceber que por obediência ao princípio de autonomia didática. A constituição Federal detalha que o currículo escolar previa três conteúdos obrigatórios, sendo eles: Língua portuguesa, Contribuição de diferentes culturas e etnias para o formação do povo brasileiro e Educação Ambiental. Uma pequena síntese de providências a serem tomadas para evitar a sujeição das crianças ao desrespeito, ao preconceito, discriminação e tratamento vexatório. Já a Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de Dezembro de 1986, institui que o Brasil levará contribuições das diferentes culturas na formação do brasileiro, especialmente da africana, europeia e indígena.

Em sala de aula precisamos criar o hábito de usar questionamentos para conseguirmos ter um olhar diferenciados com questões que são desapercebidas. A importância da intervenção dos professores e equipe na escola que favoreça o desenvolvimento pleno de todos envolvidos. Sendo assim, podemos presenciar situações discriminatórias, e que não ocorra nenhuma intervenção por parte dos profissionais, talvez porque não saibam lidar e preferem o silêncio, ou porque podem vir a compactuar com as ideias de preconceito. Esse silêncio tem permitido que seja transferida para a criança a superioridade branca nas práticas escolares. Termos usados como "moreninho" recorre com frequência em vários ambientes. Uma vez que já configura como discriminatória. É uma situação que apresenta dificuldade por parte de alguns profissionais, com a tentativa de amenizar a condição de ser negro, acrescenta Rosemberg (2003).

O silenciar-se não oculta o problema, ao contrário, potencializa a divisão e de raças. É necessário o respeito mútuo, a vez de falar sem medo, preconceito ou receio, aponta a Amaral (2018). Que, futuramente, vai repercutir no silêncio da criança, gerando dor e sofrimento. Impedindo que, muitas vezes, até adulta se cale na dor. Tanto em escolas públicas como privadas, a temática racial, muitas vezes, aparece como forma pejorativa. Desse modo, é de sua importância, que entendamos que o silêncio é e reforça a prática de não legitimar a discriminação.

Esse silêncio, como aponta Silva (2011), torna-se implícito, pelo simples fato, de um livro, no ambiente escolar, não apresentarem personagens negros, tão pouco, não fazerem nenhuma menção, tornando assim, um racismo camuflado. O olhar da escola precisa ser voltado para uma prática que abrange a todos, afinal, o silenciar já é uma forma de se omitir com a causa. Incentivar e trabalhar a auto estima da criança se faz necessário. E ao trabalhar a auto estima da criança negra é inegável que conheçamos a história do sujeito, pois caso ao contrário, iremos cooperar o enfraquecimento da causa. E é na escola que os trabalhos precisam ressaltar a importância de patrimônio, uma vez que o coletivo fará força para atingir a comunidade e o aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos aspectos do ensino, currículo e estrutura de ensino do curso de história podem (e devem) ser abordados, melhorados e transformados ou inclusão em educação que promova relações e temas étnico-raciais.

Os indígenas receberam capacitação profissional no processo. Abordar essa questão no processo de formação de professores, como alguns pesquisadores têm defendido enfatiza, contribuições recentes em vários campos do conhecimento, como antropologia, história e arqueologia embora seja uma tarefa difícil e complexa de apresentar, refletir e demonstrar o papel dos povos indígenas na Constituição Cultura e Sociedade Brasileira.

Considerando as diferentes possibilidades de uma licenciatura em história para os futuros processos de formação de professores, conscientização a importância de estudar a história e a cultura aborígenes isso pode se tornar refletida nas reformas curriculares e instrucionais que as instituições de ensino superior adotarão traz uma significativa contribuição educacional para a superação do preconceito, discriminação, racismo e todas as formas de discriminação. Distanciamento social, ainda tão evidente na sociedade brasileira.

Quando apresentamos ao aluno esse material, oportunizamos o empoderamento, o vivenciar, o sentir, de forma mais abrangente, é questão de sentir parte da identidade no próprio ambiente. Não é cumprir o calendário, mas marcar um contexto significativo na identidade de todos. Desenvolver atividades que eduquem a criança como um toldo a valorizar a diversidade e comprometer a igualdade.

O ambiente escolar precisam promover o contato facilitará auxiliando o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e linguístico. Não podemos só desenvolver uma, mas todas, uma vez que estão interligadas, o influenciará o contato com sentimental, pensamento, movimentação etc.

Diante desse trabalho, cabe a equipe oportunizar esse contato de diferentes culturas e estilo, a fim de desenvolver a valorização como um todo. Trazer o aluno que pertence ao ambiente. E como parte desse processo, a família também precisa fazer parte desse momento, pois ela participará da transformação de pensamento e de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. C. de. Índios na história brasileira. Rio de Janeiro: Editores FGV, 2010.

BRASIL. Ministro da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretrizes e Ações para o Ensino das Relações Raciais. Brasília, DF: SECAD, 2010.

BRASIL. Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelecer política educacional e fundação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil [1988]. Brasília, DF: Senado Federal, Secretaria, Editoração e Departamento Editorial, 2015.